

Gastos serão públicos

Não só as faltas dos parlamentares serão divulgadas na internet. A Mesa Diretora da Casa, durante a interinidade de Tião Viana (PT-AC) na Presidência, decidiu informar publicamente como é gasta a verba indenizatória, reembolso pago aos parlamentares de despesas de até R\$ 15 mil mensais com o exercício do mandato, como o aluguel de comitê no Estado, sua manutenção e gasolina.

A 1ª Secretaria da Casa, comandada por Efraim Morais (DEM-PB), começou a adequar os sistemas internos para realizar a divulgação. Em ato publicado no boletim administrativo do pessoal da quinta-feira, Efraim determinou aos gabinetes que escolham um ou mais servidores para receber treinamento da área de informática para operar o sistema que administra a ajuda de custo.

Garibaldi falou de outro ponto polêmico no Senado — o de assegurar 15 salários anuais a cada um dos 81 senadores e 513 deputados. Na opinião dele, o tema é “muito complexo” para ser extin-

to repentinamente. “Isso já vem de algum tempo e é adotado por diversas Casas legislativas pelo mundo afora”, alegou. “É muito complexo que um presidente possa anunciar uma mudança como essa, não é tão simples assim como alguns podem pensar”, defendeu referindo-se à prática.

Apelidado de auxílio paletó,

o mecanismo consiste no pagamento extra de dois salários — hoje de R\$ 16,5 mil brutos — aos parlamentares, um no início do ano legislativo e o outro no final do ano, em fevereiro e dezembro, respectivamente. Os 15 salários se completam com o 13º previsto em lei para todos os trabalhadores com carteira assinada.

“Uma coisa é o

parlamentar ter direito a aumento de salário”, disse, referindo-se ao fato de ter se manifestado contrário ao reajuste. “Outra coisa é questionar um mecanismo de pagamento que não surgiu do dia para a noite e que não pode ser tratado de qualquer maneira, mas com muita compenetração”, justificou o presidente.

REPRESENTAÇÃO

R\$ 15
MIL

*mensais é quanto
os parlamentares
têm direito
a gastar com
o exercício
do mandato*